



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012289-40.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Astra Comercial de Produtos Alimentícios Ltda**
 Requerido: **'Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Astra Comercial de Produtos Alimentícios Ltda move ação declaratória de inexistência de débito c/c com pedido de sustação de protesto e indenização por danos morais contra Fazenda Pública do Estado de São Paulo. É contribuinte do ICMS. A presente ação diz respeito às GIAs dos meses de 06.2016 e 07.2016. As duas GIAs foram lançadas com erro, gerando, ao invés de crédito, débito à contribuinte. A autora apresentou GIAs substitutivas, entretanto, antes de estas serem examinadas, a ré deu início a medidas de cobrança que geram transtorno e abalo à honra objetiva da autora, especialmente o protesto da CDA relativa ao mês de 06.2016. Há responsabilidade da ré pelo fato de demorar na apreciação das GIAs substitutivas. Sob tais fundamentos, pede liminarmente a sustação do protesto e, a título de provimento final, a declaração de inexistência dos débitos, o cancelamento definitivo do protesto a indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00.

Manifestou-se a fazenda pública sobre o pedido de liminar informando que a análise das GIAs substitutivas está seguindo o procedimento regular e não foi violado o prazo para o exame, mas que, de qualquer forma, providenciou o cancelamento do protesto, o cancelamento da inscrição em dívida ativa relativa ao mês 06.2016, e que não inscreverá em dívida ativa o valor referente ao mês 07.2016.

Mais à frente, comprovou a fazenda, ainda, que pediu a extinção da execução fiscal relativa ao mês 06.2016.

Contestou a fazenda pública alegando que não houve dano moral ou que não é responsável por ele.

Informou a fazenda, mais à frente, que as GIAs substitutivas foram definitivamente examinadas e aceitas.

A autora apresentou réplica.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Prejudicado o pedido de declaração de inexistência ou anulação dos débitos, com o consequente cancelamento definitivo do protesto, tendo em vista a informação havida nos autos de que a fazenda estadual concluiu os procedimentos administrativos relacionados à substituição das GIAs, tendo-as substituído satisfatoriamente, assim como solicitado o cancelamento dos protestos e pedido a desistência na(s) execução(ões) fiscal(is).

Restam os pedidos indenizatórios.

O pedido de indenização por danos materiais será interpretado, ante a explanação apresentada em réplica, de modo restritivo, isto é: reembolso das despesas processuais e extraprocessuais que a autora teve, conforme fls. 7, último parágrafo, de maneira que a parte final do Item 2 de fls. 9 resta absorvida no Item 3 da mesma folha.

Quanto às despesas extraprocessuais, não restaram comprovados os gastos que a autora teria suportado com viagens ao posto fiscal e muito menos o nexo de causalidade entre essas viagens e o atraso na apreciação do pedido de substituição das GIAs, levando-se em conta que o pedido de substituição das GIAs – e, logo, as viagens - somente se fez necessário por conta de um equívoco inicial da própria autora na confecção desses documentos.

Quanto às despesas processuais, é questão pertinente à atribuição da responsabilidade pelos ônus da sucumbência, o que será mais à frente examinado.

Em relação aos danos morais, reputo que é caso de acolhimento da pretensão.

Incontroverso que a autora, após lançar as GIAs dos meses de 06.2016 e 07.2016 com erro, gerando, ao invés de crédito, débito, apresentou administrativamente as GIAs substitutivas, e, estando estas sob análise, mesmo assim a fazenda estadual deu início a medidas de cobrança, entre elas o protesto da CDA e a propositura da execução fiscal.

Ora, a postura fazendária de adotar tais medidas enquanto pendente o procedimento relacionado às GIAs substitutivas importa em assunção irrazoável de um risco, qual seja, de se protestar uma CDA corporificando um crédito inexistente, como de fato ocorreu.

É absolutamente irrazoável adotar medida de tanta gravidade, que gera abalo ao crédito no mercado, enquanto um procedimento singelo – cujo prazo para finalização é de apenas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

120 dias, como dito em contestação – não é finalizado.

Nesse cenário, há responsabilidade da ré pelo fato de levar a protesto CDAs relativas a débitos cujas GIAs estão sujeitas a um procedimento de verificação para eventual substituição.

A causa primitiva do problema sem dúvida havia sido o erro inicial da autora.

Entretanto, após a formulação tempestiva de pedido, por esta, de substituição da GIA, rompeu-se o nexo causal entre a conduta da autora e dano posterior, porquanto tornou-se preponderante, a partir daí, o comportamento da ré de levar a protesto uma dívida em procedimento de verificação.

Não pode a ré generalizar seu raciocínio tomando como premissa que esses pedidos dos contribuintes sempre ou na maioria das vezes são infundados, tendo por objetivo o objetivo protelar o pagamento (confira-se fls. 73), e são rejeitados.

No mínimo, era de se esperar que para a tomada da decisão sobre o protesto e aforamento da execução fiscal, uma análise sumária e provisória se desse, administrativamente, a respeito da probabilidade de o contribuinte ter razão no seu pedido administrativo. Essa a conduta séria e responsável exigível, à luz do princípio da razoabilidade.

A ré responde pelo dano moral causado.

No pertinente à indenização, deve ela levar em conta o papel que desempenha. Em realidade, a indenização exerce função diversa, no dano moral, daquela desempenhada no dano material. A função é compensatória, ao invés de reparatória. A indenização corresponde a um bem, feito ao lesado, no intuito de compensá-lo pela lesão imaterial sofrida, como um lenitivo, uma satisfação que servirá como consolo pela ofensa cometida.

Às vezes, esse propósito compensatório pode ser promovido por intermédio de punição: a indenização – dependendo de seu valor – é vista como retribuição ao ofensor pelo mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito.

Mas a punição é função secundária, e não autoriza indenizações em patamar extraordinário como as verificadas em outros ordenamentos jurídicos, mormente no norte-americano por intermédio dos punitive damages.

Nosso sistema jurídico não prevê essa figura, consoante lição do STJ: “(...) A aplicação irrestrita das punitive damages encontra óbice regulador no ordenamento jurídico pátrio que, anteriormente à entrada do Código Civil de 2002, vedava o enriquecimento sem causa como princípio informador do direito e após a novel codificação civilista, passou a prescrevê-la expressamente, mais especificamente, no art. 884 do Código Civil de 2002.” (AgRg no Ag



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

850.273/BA, Rel. Min. Des. Convocado HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO do TJ/AP, 4ªT, j. 03/08/2010).

Com os olhos voltados à função compensatória, a doutrina e a jurisprudência traçaram as principais circunstâncias a serem consideradas para o arbitramento do dano moral, sendo elas (a) a extensão do dano, isto é, da dor física ou psíquica experimentada pela vítima (b) o grau de culpabilidade do agente causador do dano (c) a eventual culpa concorrente da vítima, como fator que reduz o montante indenizatório (d) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Há quem ainda proponha a condição econômica do ofensor, referida na fundamentação de muitos precedentes. Todavia, tal elemento deve ser bem compreendido, à luz das soluções que os precedentes tem apresentado nos inúmeros casos postos à apreciação judicial. Com efeito, a jurisprudência preocupa-se muito com a questão do enriquecimento indevido, o que serve de argumento contrário à fixação de valores indenizatórios altíssimos com base na robusta condição do ofensor. Temos observado que, na realidade, a condição econômica é considerada, mas especial e essencialmente nos casos de ofensores de modestas posses ou rendas, para reduzir equitativamente a indenização, evitando a ruína financeira.

Nesse cenário, no caso particular observo que o dano moral suportado pela autora foi minimizado de modo efetivo com a cooperação, por parte da ré, após a propositura da ação, inclusive com o cancelamento do protesto e a desistência da execução fiscal. Por tal motivo, a indenização será reduzida de R\$ 10.000,00 (montante usualmente arbitrado pelo juízo) a R\$ 7.500,00.

Ante o exposto, julgo em parte extinto o processo, sem resolução do mérito, ante a perda superveniente do interesse de agir, e, na parte remanescente, julgo-o parcialmente procedente para condenar o réu a pagar à autora R\$ 7.500,00, com atualização monetária desde a presente data pela Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública – Modulada e juros moratórios desde a citação pelos mesmos índices aplicados às cadernetas de poupança.

No prisma da causalidade, a ré deu causa à propositura desta ação, porquanto após a formulação do pedido de substituição das GIAs, deveria ter sido prudente e evitado, ao menos no prazo de 120 dias mencionados na contestação, o protesto de CDA e propositura de execução fiscal.

Além disso, a autora decaiu de parte mínima do pedido.

Condeno a ré, pois, nas custas e despesas processuais de reembolso, e em honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P.I.

São Carlos, 20 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**